

O fundamento da autoridade: as políticas de identidade
e a inscrição social da ameaça exterior.

Proposta de comunicação ao XXIX Encontro da APHES, 2009

Fernando Dores Costa

Departamento de História – ISCTE

A partir do momento em que se abandonou a afirmação da “naturalidade” das nações – na qual a história como discurso produtor de tradições participou intensamente – começaram a estudar-se as “políticas de identidade”, a produção de uma comunidade que estivesse à escala do Estado e que respondesse ao objectivo de obter um retorno “positivo” das ordens emanadas da direcção política. Contrastando com o que acontecia, em tempos anteriores, com as “comunidades” que, numa outra escala, eram avessas às interferências estranhas.

As “políticas de identidade” teriam ao longo dos séculos XIX e XX criado um sentimento de “comunidade” que sustentava o fundamento da autoridade. Mas terá sido isto o que efectivamente sucedeu? Foi o êxito dessas políticas que aumentou a latitude da autoridade?

Outros sinais apontam para uma outra fundamentação da autoridade: o estado de necessidade. Sem a verificação de uma ameaça de destruição vinda do exterior, diz-se a certa altura, nenhuma sociedade aceitava a penetração do Estado até ao ponto de uma mobilização extrema de meios, nomeadamente humanos. A “nação em armas” – o suposto modelo de uma mobilização miliciana fundada sobre o entusiasmo patriótico cuja imagem se vai erradamente querer fazer projectar como inspiradora do sistema de conscrição militar – dependeria de uma percepção efectiva de perigo. A eficácia do Estado dependeria da inscrição social da ameaça exterior. O fundamento da autoridade não residiria na identidade, mas numa espécie de resignação perante a extrema necessidade.

2009-04-29